

# ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO

## A questão dos itinerários culturais

Autor: **Daniela Pistorello**

Institución: Universidade Estadual de Campinas, SP/ Univeridade Politécnica da Catalunha.

Director de la investigación: Joaquín Sabaté

Mail: danipistorello@hotmail.com

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é lançar um olhar aos diferentes itinerários culturais na Europa a fim de perceber as estratégias de uso do patrimônio cultural como possibilidade de desenvolvimento regional. A questão principal que norteia este trabalho é de que forma os itinerários culturais europeus ordenam a paisagem das localidades nas quais se inserem e que narrativas produzem a partir destas intervenções?

Para atingir o objetivo proposto, foram analisados vinte itinerários culturais europeus e, através do método comparativo, procurou-se marcar três aspectos gerais: o contexto do surgimento do itinerário; sua estrutura e seu sistema de gestão. Este artigo aponta algumas reflexões iniciais de uma pesquisa que está em curso.

A hipótese a ser desenvolvida é que a criação de itinerários culturais, quando pensados e geridos a partir de grupos locais, valoriza determinadas identidades regionais e pode ser motor de desenvolvimento para as regiões envolvidas.

Esta pesquisa que desenvolvo na Universidade Politécnica da Catalunha sob a tutoria do professor Joaquín Sabaté pelo período de um ano, é viabilizada pela concessão de uma bolsa de investigação da FAPESP que é uma extensão da bolsa de doutorado que recebo por desenvolver pesquisa na UNICAMP relativo aos Roteiros Nacionais de Imigração que naquela instituição é orientada pela professora Cristina Meneguello.

**Palavras-clave:** itinerários culturais, território, patrimônio, turismo.

### ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the different cultural itineraries in Europe in order to realize the strategies of use of cultural heritage as a possibility for regional development. The main question guiding this work is how the European Cultural Routes ordering the landscape of the localities in which they belong?

The methodology provides for the selection of eighteen European Cultural Routes and through the comparative method, sought to score three general aspects: context of the emergence of the itinerary; structure; management system.

The hypothesis to be developed is the creation of cultural itineraries, when designed and managed from local groups, certain regional identities and values can be an engine of development for the regions involved.

I develop this research at the Polytechnic University of Catalonia under the mentorship of Professor Joaquín Sabaté for one year, is made possible by the grant of a research grant from FAPESP which is an extension of a PhD scholarship I receive at UNICAMP for developing research concerning National Roadmaps Immigration that that institution is supervised by Professor Cristina Meneguello.

**Key words:** cultural itineraries, planning, heritage, tourism.

## 1. INTRODUÇÃO

Quem nunca caminhou por uma trilha marcada pelo curso de um rio ou bens de interesse cultural, percorreu um itinerário na tentativa de refazer um caminho já criado em outros momentos históricos e/ou simplesmente criou um roteiro de viagem selecionando, através dos mais diferentes critérios, um ou outro aspecto de um território que desejasse conhecer? Certamente a resposta geral à pergunta um tanto bucólica é sim. Resta saber, no entanto, com qual interesse desenvolvemos esta prática: um turista busca, em maior ou menor grau, descobrir os atrativos do destino que visita (Cluzeau, 1998); aos gestores destas paisagens, interessa potencializar o destino turístico de forma que a satisfação daquele que consome o lugar seja garantida e, certamente, ao pesquisador que se interessa por estas relações, outros aspectos lhe chamam a atenção. Neste caso, a preocupação central é problematizar alguns aspectos referentes aos itinerários culturais e como se relacionam com o território no qual estão inscritos.

Existem algumas centenas de itinerários culturais espalhados pelo globo. Uns reconhecidos pelo Comitê Científico de Itinerários Culturais (CCIC), que integra o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)<sup>1</sup>, órgão da UNESCO, outros, que já tem certa tradição no estabelecimento de itinerários culturais, e muitas instituições que investem na criação de itinerários culturais há menos tempo. Como exemplo disto, podemos citar, de forma bastante geral, algumas destas experiências.

Na América do Norte, o *National Park Service*, órgão criado no início do século XX e responsável pela criação de políticas que regem a preservação dos bens norte-americanos<sup>2</sup>, instituiu a “Lei do Sistema Nacional de Trilhas”<sup>3</sup>, de 30 de março de 2009, que cria 4 modalidades de percursos, agrupados em 4 categorias: *national recreation trails* (percursos cuja finalidade é a recreação), *national scenic trails* (cujo percurso leva em conta a fruição dos cenários naturais), *national historic trails* (percursos que seguem tanto quanto possível as trilhas originais ou rotas de viagens de significado histórico nacional) e por fim, os *connecting or side trails*: conectores que fornecem pontos adicionais de acesso às trilhas. São 30 *nationals trails scenic and historic* que, depois de autorizadas e designadas por lei do Congresso Nacional, passam a compor o quadro de destinos turísticos norte-americano<sup>4</sup>. Os corredores naturais, representados pelos rios, também são geridos pelo *National Park Service* que desenvolveu um inventário de *nationwide rivers* e listou mais de 3000 rios de significado cultural e os elegeram para compor a lista do *National Wild and Scenic Rivers*.<sup>5</sup> Instituíram-se programas para criação de trilhas para estes rios bem como de gestão do mesmos, como por exemplo, o *Rivers, trails and Conservation Assistance Program* (RTCA) que fornece assistência técnica para que a comunidade possa conservar os rios, preservar o espaço aberto e desenvolver trilhas e vias verdes.<sup>6</sup>

Na América do Sul, além das instituições públicas responsáveis pela preservação dos bens culturais de seus países e que possuem uma interessante legislação sobre proteção e conservação de bens, vemos nascer inúmeras e variadas propostas de itinerários culturais. São exemplos: San Antônio de Areco, Itinerário Gauchesco na Argentina, Marcas da Bravura em Paraguai, Rota do Deserto do Chile, Circuito Del Oro no Uruguai, O Caminho Inca no Peru, Circuitos Salinas de Garcí Mendoza na Bolívia e, Caminhos do engenho, no Brasil. Mais recentemente, um esforço conjunto entre a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai apresentou no final de 2012 o Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL para compor a lista dos itinerários culturais do MERCOSUL.<sup>7</sup>

Na Ásia podemos fazer referência ao caminho da Seda, via comercial que ligava a China ao Mediterrâneo, às rotas de peregrinação na cordilheira Kii, Japão, na Austrália podemos lembrar-nos da Rota dos Aborígenes, na África as rotas pelo deserto do Saara, as rotas da imigração subsarina, Rotas do Nilo, Rotas das especiarias na Índia, etc.

Por fim, na Europa, a Via Carolíngia, os Caminhos de Peregrinos, a Rota dos Cemitérios, são alguns dos 29 itinerários culturais criados e divulgados pelo Instituto Europeu de Itinerários Culturais, que outorga o selo de Itinerário Cultural Europeu pelo Conselho da Europa, às rotas, percursos ou trajetos que possuam uma série de valores comuns.<sup>8</sup> Mas, se quisermos ter um valor aproximado de quantos itinerários culturais existem pela Europa, independentemente de serem reconhecidos ou não pelas instituições supracitadas e/ou serem amparadas por uma justificativa teórica que dê sólida fundamentação, basta visitarmos os *sites* das prefeituras das cidades europeias e perceber a quantidade de itinerários anunciados como oferta para o conhecimento das mesmas. Podemos ainda computar aqui os itinerários ditos culturais criados pelas agências de turismo que, ao observar o surgimento de um público consumidor de bens culturais, tem apostados nesta oferta turística. (Ferreira, 2011)

Este quadro mostra indiscutivelmente o quanto os itinerários culturais têm sido valorizados nos mais variados lugares do mundo, o quanto são diversificados e tratados como destinos turísticos em potencial. De forma geral, são criados a partir de bens culturais tangíveis ou intangíveis, são portadores de uma história construída que, comumente, estabelece uma relação com o território e com aquele que o percorre. Seja como ordenador da paisagem, como produtos turísticos ou ambas as coisas, o fato é que os itinerários culturais fazem parte do jargão europeu mundial sobre patrimônio cultural e se proliferam cotidianamente. É sobre o tema dos itinerários culturais que este artigo lança uma reflexão e define como recorte espacial alguns itinerários existentes na Europa. O motivo desta escolha se deve a quatro aspectos que consideramos importantes:

- a) Acreditamos que a instituição do Caminho de Santiago de Compostela como primeiro Itinerário Cultural, assim proclamado pela UNESCO, criou uma tradição europeia no que tange à importância dos mesmos para a Europa bem como uma política de valorização dos mesmos;
- b) Do ponto de vista histórico, a Europa é marcada por deslocamentos humanos que imprimem marcas no território que, ao sofrerem o processo de patrimonialização, ressignificam estes processos e valorizam estes caminhos;
- c) Do ponto de vista cultural observa-se a existência do que podemos chamar de uma cultura mediterrânea que compartilha uma mesma linguagem em relação aos itinerários culturais.
- d) Do ponto de vista econômico, a Europa, é líder de mercado no que se refere às empresas de Turismo Cultural que comercializam, como destino turístico, sítios que possuem bens de valor culturais tangíveis ou não (Richards, 2005). Em outras palavras, podemos dizer que a Europa roteirizou-se para melhor comercializar seus destinos turísticos.
- e) A diversidade dos itinerários também foi considerada ponto de interesse, pois dentre os casos estudados, há valorização do patrimônio industrial, histórico, há itinerários longos, curtos, urbanos, rurais, com ênfase na comercialização de um produto específico e até inventados.

Previamente foram levantados inúmeros roteiros, itinerários, percursos e rotas de vários países da Europa que representassem uma diversidade de propostas que levassem em conta desde a sua extensão, função, gestão, público-alvo a aspectos como ter um caráter mais ou menos comercial, possuir uma narrativa oriunda de uma história ressignificada ou até mesmo inventada. A partir daí selecionou-se 5 itinerários espalhados em três países (Portugal, Espanha e França) e três rotas que tivessem um caráter transnacional. A escolha espacial para este segundo recorte no universo de pesquisa justificou-se se por questões muito práticas: por terem itinerários reconhecidos pelo Conselho Europeu, por fazerem parte dos países que possuem itinerários culturais mundiais e, sobretudo, por terem na história do turismo, uma tradição na instituição de rotas e roteiros. Da Espanha, selecionamos **a rota do cemitério de Poblenou**, que nos apresenta a história de Barcelona através da sua arte funerária realizada por arquitetos e artistas de visibilidade na Barcelona dos séculos XIX e XX; **a rota de Dom Quixote**, uma novela que inventou um itinerário cultural em Castilla la Mancha; **a rota da Sidra**, que potencializa o comércio da bebida típica de Gijón, **a rota da Prata**, que valoriza um importante caminho histórico que cruza o território espanhol de norte a sul; **a rota industrial do bairro San Marti**, que dá visibilidade ao patrimônio industrial catalão oriundo da década de 1970. De Portugal, selecionamos **a rota do Vale do Rio Ave**, um projeto regional que valoriza o patrimônio industrial dos municípios que compõe a bacia hidrográfica deste rio; **a rota da cortiça**, itinerário criado pelos comerciantes da cortiça para valorizar seu produto; os dois percursos que contornam a Ilha dos Açores que ressignificam a **faina baleeira** e a **produção do vinho do Pico** e o projeto do **Parque Patrimonial do Rio Mondego**, que valoriza o curso do rio e seu patrimônio cultural. Da França, selecionamos a **Rota dos Castelos do Vale do Loire**, importante patrimônio cultural da região; **a rota dos impressionistas**, itinerário que valoriza a produção artística e obras oriundas das cidades que integram o projeto e a **rota do Canal du Midi**, que valoriza um importante corredor fluvial feito artificialmente e seu legado patrimonial. Foram também analisadas, três itinerários de caráter transnacional: **o caminho de Santiago de Compostela**, **a Rota da Lã** e o **Itinerário Vozes de Mozart**.

Estes argumentos fundamentaram e justificaram a pesquisa que originou este artigo e que tem como objetivo geral analisar alguns itinerários culturais europeus a fim de problematizar três aspectos:

- a) Ao analisar um conjunto destes percursos, podemos perceber algum padrão que permita a classificação dos mesmos em relação aos bens culturais?
- b) Como os bens patrimoniais são utilizados para compor os itinerários culturais e quais os impactos sobre o território?
- c) Por fim, como estas propostas são geridas?

Estas três questões geram, a priori, três hipóteses:

- a) Mesmo na grande variedade de itinerários, há alguma recorrência: seja na importância atribuída à leitura do território, do patrimônio, ou na forma de gestão destas rotas;
- b) A interpretação do território cria e endossa a narrativa a ser contada pelo itinerário;
- c) O sistema de gestão varia de acordo com quem instituiu as Rotas e determina em grande medida seu êxito como produto turístico.

O material utilizado foi basicamente o disponível nos *sites* da internet – na sua grande maioria nas prefeituras municipais ou associações – artigos e textos sobre os temas abordados e no caso de um par de rotas, nos locais visitados. Vale ressaltar que para cada rota estudada elaborou-se um conjunto de questões que quando respondidas foram incorporadas ao texto numa certa ordem que segue mais ou menos quatro aspectos. Uma relativa à apresentação da rota, roteiro, percurso (localização, âmbito, área), outra, abordando os aspectos topológicos do traçado (recursos, funções, estrutura da sua organização), uma terceira relativa à produção das narrativas construídas a partir das fontes históricas dos locais atentando para as formas de apropriação da história na construção deste discurso e, por fim, de que maneira se dá a gestão destes itinerários.

Este texto é o resultado do cotejando das fontes de pesquisa, da bibliografia estudada e da discussão nos encontros da disciplina de Seminário de pesquisa e se apresenta da seguinte forma: num primeiro momento apresenta uma discussão a respeito dos conceitos utilizados, na sequência descreve alguns dos casos estudados e os apresenta segundo sua **configuração espacial** e, por fim, por fim, propõe uma reflexão, nas considerações finais, acerca do que podem nos ensinar estes itinerários.

## 2. ITINERÁRIOS CULTURAIS: QUESTÕES CONCEITUAIS

A ideia de itinerário cultural está contida no conceito de “rota cultural” que foi apresentado e debatido pela primeira vez quando a Rota dos Peregrinos para Santiago de Compostela foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial em 1993, em Cartagena, Espanha. Esse fato fez com que o conselho do Comitê internacional reunisse especialistas para discutirem questões referentes às rotas culturais com mais profundidade. Por ocasião da revisão das diretrizes operacionais e definição dos critérios para a inclusão de bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial, o Comitê do Patrimônio Mundial na 19ª sessão em Berlim, (1995), dispôs que as Rotas Culturais fizessem parte do Patrimônio Cultural. Atualmente a categoria de Rotas Culturais está presente dentro das atuais orientações disponíveis da UNESCO para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. Desde a criação do Comitê Científico Internacional sobre Rotas Culturais (CIIC) – ICOMOS em 1998, diversos estudos e pesquisas foram realizadas e publicadas em diferentes regiões do mundo, no sentido do aprimoramento do conceito inerente às “Rotas Culturais” e ao estabelecimento de bases científicas e metodológicas para a identificação dos “Itinerários Culturais”. Este esforço de quase uma década foi incorporado na versão das Diretrizes Operacionais para Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, em fevereiro de 2005, que reconheceu os itinerários culturais como uma das categorias para a inclusão de propriedades na Lista do Patrimônio mundial. (Castriota, 2011)

Essas considerações apresentadas por meio das Declarações, Cartas e Convenções foram fundamentais para a elaboração da “Carta internacional sobre os Itinerários Culturais” (2008), que buscou discutir alguns princípios básicos no intuito de diferenciá-los em relação às outras categorias da UNESCO e aprofundar em termos mais específico sobre os mecanismos para os processos de investigação, conservação e valorização do patrimônio cultural. O principal objetivo da Carta dos itinerários Culturais foi estabelecer os fundamentos conceituais e metodológicos para a investigação nesta categoria. Segundo o documento, itinerário cultural é um caminho que foi traçado com esta finalidade específica e que além desta função **“explica-se unicamente pela sua utilização histórica com um fim concreto e determinado e por ter favorecido a criação dos elementos patrimoniais associados a esse fim e que, sendo o resultado da sua própria e singular dinâmica, refletem a existência de influências recíprocas entre grupos culturais diversos durante um longo período da história”**. (Carta Internacional sobre os itinerários culturais, 2008:2). Ainda de acordo com a Carta, os Itinerários Culturais podem ser classificados levando em conta sua **dimensão territorial, cultural**, seu **objetivo ou função**, pela sua **duração temporal**, **segundo a sua** configuração estrutural e quanto ao seu enquadramento natural. Propõe uma série de recomendações relativas à identificação, autenticidade e integridade do itinerário cultural que, servem de parâmetro para a indicação, de patrimônio da humanidade, os itinerários culturais que cumprem estas prerrogativas.

Percebemos que esta categoria apresenta um alargamento do conceito de patrimônio cultural quando valoriza os processos históricos que estão para além da verificação do patrimônio material e/ou imaterial, dando importância aos atores sociais do processo, pois **“no podemos hablar de paisaje, arte, patrimonio, sin tener presente el protagonismo del hombre y la mujer en el territorio, son ellos los actores y agentes de su transformación, dejando su huella en el paisaje.”** (Areces, 2002:26) Da mesma forma, o conceito rediscute o papel do meio e do território. Ajuda a revelar o conteúdo patrimonial do fenómeno da mobilidade e das trocas humanas e sobretudo procura valorizar a história que se constrói a partir de determinado itinerário. A partir deste olhar, **“se empieza a tomar conciencia de su valor como herencia de una sociedad y de su carácter indisoluble, por tanto, de la misma y de su territorio. Surgen con ello nuevas instituciones, instrumentos y conceptos, como los paisajes culturales.”** (Sabaté, 2013:15)

Se por um lado, as definições de “rota cultural” e “itinerário cultural” são seguidas pelas instituições que as criaram e estabelecem parâmetros para a institucionalização das mesmas, por outro lado, possuem tantos significados quanto os gestores das rotas e itinerários querem atribuir e acabam sendo utilizados aleatoriamente e tanto melhor se promoverem a venda mais eficiente do produto turístico ao qual ele faz referência. De qualquer forma, essa dinâmica sobre o território - na qual se inclui a intervenção e preservação do mesmo, a promoção do lazer; etc., - tem colocado os itinerários culturais não apenas como um lugar de consumo, como também tem sido o tema de políticas públicas nos mais variados continentes, porque **“la gestión inteligente de los recursos patrimoniales supone en diversos territorios uno de los factores clave para su desarrollo económico, porque atrae turismo e inversiones, genera actividades y puestos de trabajo, pero muy fundamentalmente, porque refuerza la autoestima de la comunidad.”** (Sabaté, 2013:20). Resignificar itinerários culturais, é, em última instancia, **“cohesionar els recursos culturals a partir d’una idea força territorial, de dota-los d’estructura, de verificar aquesta estructura des d’assaigs propositius, de construir una hipòtesi d’interpretació d’un episodi rellevant i d’avançar criteris per l’ordenació d’un territori i per a la gestió coherent d’aquests recursos.”** (UPC/MIT, 2001:78), Esta leitura integrada do território, para uma intervenção responsável no mesmo, parece ser um dos desafios para a instituição de itinerários culturais que cumpram um papel social na sociedade.

### 3. CASOS DE ESTUDO

De forma geral, os casos de estudo apontaram as diferentes formas de intervenção no território, delas dependendo, em grande medida, da forma como os bens culturais foram apropriados. Dos vários arranjos que poderíamos eleger, selecionamos, dos dezoito casos estudados, seis que são exemplares de itinerários culturais que se organizam ao longo dos rios, ou rurais ou urbanos.

#### 3.1 Itinerários Culturais que se organizam ao longo de rios

Os dois itinerários apresentados tem em comum a sua organização a partir de dois rios: O rio Loire, na França, e o Rio Ave, em Portugal. O primeiro, com 280 km de extensão, figura na lista de patrimônio mundial da UNESCO por sua paisagem cultural. Ao longo do rio Loire, uma rota que privilegia duas dezenas de castelos cujos recursos envolvidos são patrimoniais históricos. A arquitetura e o entorno evocam o passado no qual os castelos forma construídos. Não há uma estrutura funcional nesta rota tampouco um circuito que deva ser seguido com algum critério. As visitas aos castelos são, na maioria, intermediadas por uma agência de turismo regional do Loire que é interlocutora entre o público e os administradores dos castelos. Vale ressaltar que os Castelos são de propriedade privada e cobram taxas por visita que justificam a sua manutenção.



Imagem 1: Mapa de localização do Vale do Loire, França. (Cruz, 2013)



Imagem 2: Itinerário dos Castelos do Loire, França. (Cruz, 2013)

Redescobrir o patrimônio da região de Portugal que, durante o século XIX, foi a mais industrializada do país é o principal objetivo da rota proposta para o vale do rio Ave. Situado no noroeste de Portugal, entre as cidades de Braga e Porto, o vale é formado por um conjunto de municípios que constituem um modelo de território urbano disperso, caracterizado por padrões de urbanização e industrialização difusos, mas marcados por um elemento comum: o Rio. Com cerca de 100 km de extensão foi o responsável, desde meados do século XIX, pelo estabelecimento da indústria têxtil na região. É o 2º principal centro econômico do Norte de Portugal, depois do Porto. Esse fato deu margem para a constituição de uma Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave que apresenta um conjunto de itinerários que dão visibilidade ao Patrimônio industrial que estão localizados ao longo do rio e que conta uma história do desenvolvimento industrial da região. A gestão deste itinerário é de caráter privado e é feita pela Associação de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (ADRAVE), com o apoio financeiro de fundos comunitários através do Programa Operacional da Região do Norte gerenciam o projeto. Faz parte dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa. O fato do projeto integrar várias cidades é o ponto alto da proposta e também o grande desafio.



Imagem 3: Mapa de localização do Vale do Ave, Portugal. (Cruz, 2013)

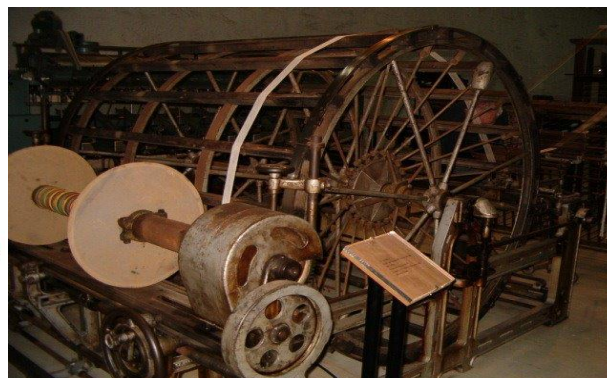


Imagem 4: Museu da Indústria têxtil Vila Nova de Famalicão. (www.rotanoave.com, 2013)

### 3.2 Itinerários culturais urbanos

Caminhar por entre jazigos, observar como são construídos e perceber os variados investimentos contidos na sua arte funerária, apontam que já há algum tempo estes espaços deixam de ser mais do que uma predileção pelo mórbido – muito presente no imaginário coletivo do senso comum – para se constituírem em espaços de produção de conhecimento que chegam até nós como oferta turística. Conhecer um cemitério não é apenas uma forma de pensar como as cidades se relacionam com a morte, mas um espaço através do qual patrimônio tangível e intangível se constituem de importantes referências culturais. Este é o caso do cemitério de Poblenou está situado no bairro do mesmo nome na cidade de Barcelona. Foi inaugurado em 1775 e foi o primeiro cemitério construído fora do perímetro amuralhado, daí sua importância. Ele faz parte, juntamente com o cemitério de Montjuic, desde 2004, da “Rota dos Cemitérios” de Barcelona e desde 2008 da Rota internacional de cemitérios da Europa. O percurso oferecido compreende a visita a 30 tumbas devidamente sinalizadas. Oferece uma mostra de obras pertencentes a distintas épocas e estilos de alguns dos arquitetos e escultores mais importantes dos séculos XIX e XX. O itinerário sugerido se constrói na medida em que se avança pelos bens patrimoniais sugeridos, conformando uma topologia de intervenção deste espaço que pode ser caracterizada como nodal. O itinerário se organiza a partir de um marco inicial e final que é a porta de entrada do espaço. Ainda que tímido – comparado as propostas de maior abrangência e visibilidade -, é um percurso com fins culturais e de lazer com potencialidade para o desenvolvimento de uma ação educacional. Oferecem-se visitas guiadas gratuitamente todo o primeiro domingo de cada mês com agendamento prévio. A narrativa construída a partir desta experiência é uma história de Barcelona a partir da arte fúnebre. Os idealizadores da rota são seus administradores, representados por uma empresa do grupo B:SM que gerencia outros destes espaços na cidade, “Cemitérios de Barcelona, SA.” O objetivo da rota é difundir a cultura e a história que existe dentro dos recintos mostrando-os não como lugares de morte, mas como lugares que podem servir na construção de saber. O público deste projeto são pessoas que normalmente pesquisam temas afins e curiosos da história da cidade. A visita é gratuita e pode ser feita com ou sem um guia, uma vez que o material divulgado na entrada do cemitério permite ao visitante cumprir o percurso proposto. A divulgação deste produto turístico é feita através do site do cemitério que é de fácil navegabilidade. Nele constam imagens, mapas, informações de acesso. Possui material de divulgação que está disponível na entrada do cemitério e fica à disposição de todos que entram no recinto.

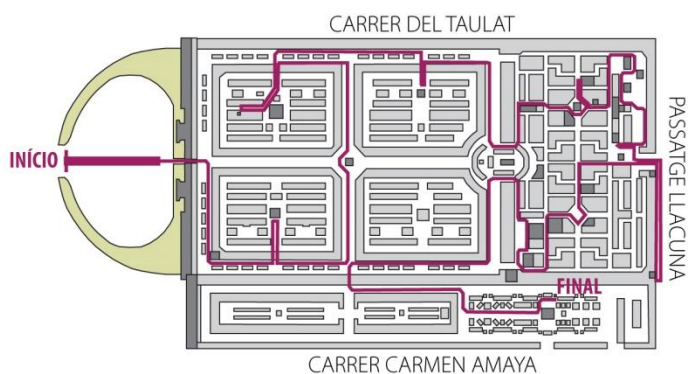




**Imagem 5: Mapa de localização da cidade de Barcelona, Espanha.**  
(Cruz, 2013)



**Imagem 6: Mapa de localização do cemitério de Poblenou**  
(Cruz, 2013)

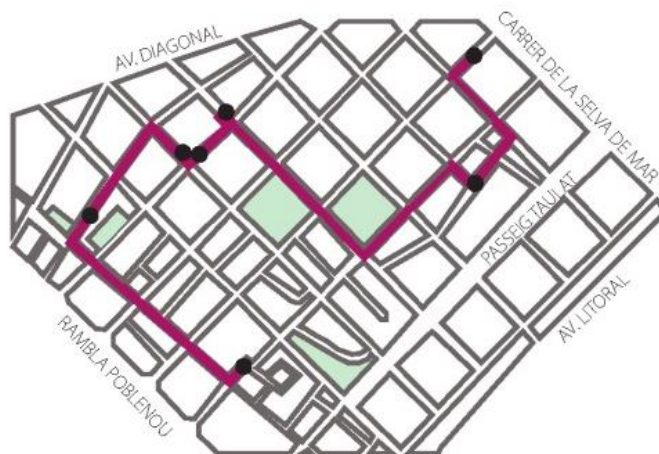


**Imagem 7: Mapa do Itinerário do cemitério de Poblenou.**  
(Cruz, 2013)

O distrito de Sant Martí é o décimo dos dez distritos em que se divide administrativamente a cidade de Barcelona. É o segundo distrito mais povoado, o quarto em extensão e sexto em densidade. Está numa área que ao longo dos últimos duzentos anos tem sido ocupada por empresas que, acabaram definindo a base econômica da Catalunha. No entanto, a partir dos anos 1960, aquela região que representou o coração industrial da produção têxtil, começou a entrar em decadência e as indústrias a fecharem suas portas. Deste passado, resta um importante conjunto da arquitetura industrial que é revelador, entre muitos aspectos, da força do trabalho empreendido naquela que foi considerada a Manchester Catalã do século XIX. Embora não se esteja falando de um produto turístico consolidado, mas de uma possibilidade de sê-lo, a escolha por analisar um itinerário desta localidade parte da leitura do livro escrito por Antoni Vilanova e Mercè Tatjer, *La Ciutat de les Fàbriques*. Este livro, que nasce da inquietação de registrar o patrimônio da região ligada ao trabalho, tem o objetivo de apontar alguns itinerários relativos a este tema, porque entendem os autores que não basta pontuar estes bens mas estabelecer uma conexão entre eles que permita a construção de história a partir deles. Com esta finalidade, foram propostos 5 itinerários para conhecer o patrimônio industrial deste bairro, a partir do qual, selecionamos um, conforme indicado. O percurso deste itinerário é um passeio por uma das zonas que foi a mais industrializada de San Marti e cada ponto visitado conta um pouco da história do trabalho da cidade.



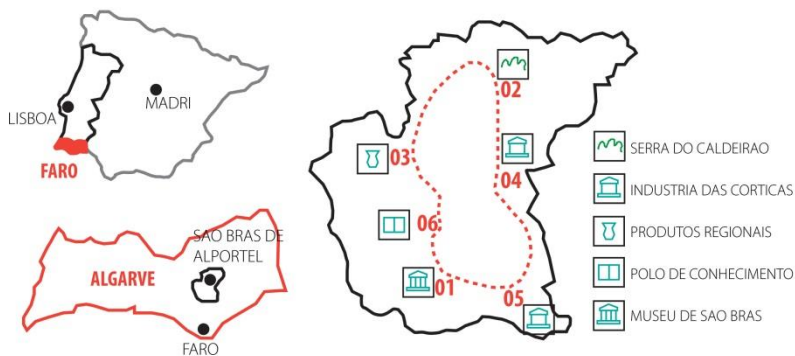
**Imagem 8: Mapa de localização do bairro Sant Martí, Barcelona.**  
(Cruz, 2013)



**Imagem 9: Itinerário Industrial do bairro Sant Martí.**  
(Cruz, 2013)

### 3.3 Itinerários culturais rurais

Desde o século XIX instalaram-se no território do Conselho de São Brás do Aportel, distrito de Faro na Província do Algarve, dezenas de fábricas de beneficiamento da cortiça, haja visto a abundância de sobreiras – árvores de onde se extrai cortiça – que marcaram a vida econômica e cultural da região. Em torno desta paisagem cultural, marcada por unidades industriais de preparação e de transformação da cortiça, e por pequenos agricultores se organizou a Rota da Cortiça. São Brás do Aportel, sede de município, possui 150,05 km<sup>2</sup> de área e 10.032 habitantes (2001). Limita-se ao norte e leste com o município de Tavira, a oeste com Loulé e ao sul com Faro. Esta rota, que faz parte do Conselho Europeu de Itinerários Culturais, é uma estratégia para evitar que mais agricultores e dependentes da indústria da cortiça evadissem juntamente com os proprietários das fábricas causadas por causa da dificuldade de acesso às propriedades.



**Imagem 10: Mapa do Itinerário da Cortiça, Portugal.**  
(Cruz, 2013)



**Imagem 11: Cortiçeira.**  
(AGROTEC, 2013)

A estrutura funcional da rota é bem definida. Há uma porta de acesso: o museu do Trajo. Serve como centro de interpretação. Neste espaço são recebidos os visitantes e é lá que fazem uma pequena apresentação do que se verá no percurso. Os pontos relevantes estão representados pelos pontos de visita que possibilitam variações do mesmo itinerário. A estrutura da narrativa tenta contar a história da região tendo como fio condutor os processos industriais de preparo e fabricação da cortiça, no entanto, como há a tentativa de valorizar muitos dos atrativos da região, o enfoque acaba ficando difuso e a proposta se perde um pouco. A ideia da rota surgiu quando um grupo de pessoas lançou a ideia de se fazer uma rota e candidatá-la ao PROAlgarve (2006). A rota materializou-se em 2007 e foi inaugurada em 2008. Ela surgiu a partir da Associação Rota da Cortiça, cujos interessados são a Autarquia de São Brás de Alportel, a Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça (AIEC- Sul), a Associação de Agricultores de S. Brás de Alportel, a Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão, a Santa Casa da Misericórdia de S. Brás de Alportel Associação In Loco e a Região de Turismo do Algarve (RTA).



Talvez Cervantes nunca pudesse imaginar que a primeira edição de “El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”, publicada em 1605 se tornaria uma obra universal da literatura espanhola e é muito menos provável que pudesse crer que sua novela, seria o mote para a invenção de um roteiro turístico de grande expressão na Europa. Na novela, Cervantes relata as aventuras de Don Quijote por terras de La Mancha e arredores. Desde sua publicação, tem havido certa controvérsia em relação a determinação dos povos pelos quais o Cavaleiro passou. Vários autores propuseram rotas, identificando os lugares que Cervantes descreve sem, no entanto, serem definitivas. De qualquer forma, existe um percurso oficial eco turístico com a denominação de Rota de Don Quijote que possui 2.500 km de longitude e é constituído por uma rede de caminhos históricos e vias pecuárias sinalizadas. Apesar de sua extensão ela é unida por lugares de maior interesse perto de pontos mencionados na novela. Em 2007 a rota foi considerada Itinerário Cultural Europeu outorgado pelo Conselho da Europa sob a justificativa do seu reconhecido valor cultural e meio ambiental.



**Imagem 12: Mapa de localização de Campo de Criptana.**  
(Cruz, 2013)



**Imagem 13: Rota Dom Quijote.**  
(Cruz, 2013)

Campo de Criptana, no município da Província de Ciudad Real, na comunidade de Castilla-La Mancha, é a sétima trama do percurso sugerido pelo roteiro oficial. O roteiro, sob a denominação de “Terra de Gigantes” faz alusão ao trecho da novela onde Dom Quijote trava luta contra os moinhos pensando se tratar de Gigantes. Ao entrar na cidade o destino turístico é anunciado através de sinalização com placas indicando a localização do conjunto de moinhos a ser visitado.



**Imagem 14: Itinerário Terra de Gigantes, Campo de Criptana.**  
(Cruz, 2013)



**Imagem 15: Moinhos do Campo de Criptana.**  
(www.spainonline.com, 2013)

O destino, um povoado não muito habitado, caracterizado de um lado, por imponentes moinhos, e por outro, por um conjunto de casas cova, se constitui por um restaurante, por um bar, um ateliê de arte e três pequenos estabelecimentos que comercializam inúmeros objetos que fazem referência à novela. Não fosse pelas 10, 15 pessoas que visitavam o local, estaria praticamente vazio. Próximo ao grande espaço que serve também de estacionamento está uma placa, bastante suntuosa, marcando a região como parte integrante da Rota de Dom Quijote e indicando, todavia, os demais trechos pertencentes a mesma rota. O objeto da

visita são os Gigantes que estão dispostos numa paisagem que perfeitamente poderia se constituir num campo de batalhas, como o livro descreve. Os moinhos estão destituídos de sua função original, por isso não estão em funcionamento, e do conjunto dez bens, apenas 02 deles se encontram abertos ao público para visita, os demais figuram como belo cenário para composição fotográfica. O itinerário, que promove a visita aos moinhos espalhados pelo campo, e que ao mesmo tempo permite conhecer outros poucos atrativos locais dentro de um mesmo espaço, não segue um ordem específica, tampouco tem um rigor no trajeto da visita. Por estas características, podemos defini-lo como um itinerário radial.

Em relação à narrativa, trata-se da invenção a partir de um itinerário que nunca existiu, e provavelmente as milhares das pessoas que conhecem a obra nunca a leram na íntegra para poderem confrontar os trechos lidos com a visita onde supostamente as cenas teriam sido desenroladas. Parece que a narrativa funciona muito mais no sentido de alimentar um fetiche sobre a obra que se tornou um clássico, para assim transformá-la num produto turístico, do que a história da produção da obra propriamente dita. Mesmo assim, dados da OMT de 2011 dizem que 1,88 milhões de turistas transitaram pela Rota de Dom Quixote dos quais 17% eram estrangeiros. Se, por um lado, este dado nos revela que há minimamente uma divulgação deste produto turístico, de outro lado, não é suficiente para sabermos de que forma estes turistas agregaram às economias locais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Itinerários culturais que ressignificam o patrimônio, rotas criadas, inventadas; umas valorizam o patrimônio material e/ou o imaterial, industrial; outras simplesmente tem como objetivo maior a comercialização dos destinos turísticos e outras, ainda, são apenas projetos. Este pequeno universo de pesquisa nos permitiu minimamente refletir a respeito de algumas experiências europeias, confrontar as três hipóteses elaboradas e concluir que:

- a) Mesmo na grande variedade de propostas há alguma recorrência: os bens culturais são importantes na construção dos itinerários culturais, e sua valorização pode contribuir para a sua conservação e a de diversos recursos encontrados ao longo do caminho;
- b) A interpretação do território e dos recursos nele presente, endossa uma narrativa que corrobora na construção de uma identidade do lugar. Este fato pode ressignificar a relação dos atores sociais com o lugar no qual vivem;
- c) A gestão dos itinerários contribui efetivamente para o êxito das mesmas. Uma boa gestão pode representar possibilidade de renda para as regiões. Quando a gestão dos itinerários é partilhada entre instituições públicas e privadas, o uso do itinerário parece ser mais democrático.
- d) O conceito de bem patrimonial transcende a categorização de material e imaterial. Outros elementos como a natureza passam a ser considerados na configuração do itinerário.

Sem dúvida, o ponto de partida para o estabelecimento de itinerários culturais é, ou deveria ser, a leitura do território. Percebe-se que em todas as propostas mostrou-se viável a metodologia utilizada no estudo dos 50 parques patrimoniais empreendida pelo grupo de estudos da Universidade Politécnica da Catalunha em conjunto com o Massachusetts Institute of Technology sob a coordenação de Antoni Lista e Joaquín Sabaté. Estes estudos sugerem, entre outros aspectos, uma forma de abordar o território a partir de um olhar sobre o mesmo, seus recursos e sua interpretação. Da mesma forma, mostrou-se bastante pertinente a classificação proposta por Jordi Franquesa, em *Estrategias patrimoniales en el contexto español, una clasificación*; para analisar os itinerários culturais a partir dos traçados sugeridos pelos bens patrimoniais, que segundo ele podem obedecer a uma tipologia monocêntrica, nodal, radial, lineal ou territorial.

Percebemos ainda que, enquanto algumas rotas seguem o leito de um rio ou antigo caminho, (Canal do Midi, Mondego, Ave, Rota da Lã ou Santiago de Compostela), outros se organizam através de nodos (Rota da Cortiça, do Cemitério de Poblenu, da Faina Baleeira) ou ainda se espalham ao longo do território (rota da Sidra). Se por um lado, os itinerários todos podem ser classificados segundo o seu traçado, por outro, são inúmeras as propostas para percorrê-los. Uns apresentam de forma muito definida um ponto de partida e um de chegada (Rota do Vinho do Pico, Rota dos Impressionistas, Rota da Cortiça), outros apenas disponibilizam a informação para que o turista percorra a rota que lhe convier (Rota da Sidra, Rota dos Castelos do Loire) e outros ainda apenas o ponto de chegada (Santiago de Compostela).

Todos apresentam, como justificativa, recursos patrimoniais materiais ou imateriais definidos, Independentemente de seres extensos e em larga escala (Caminho de Santiago, Rota da Lã) ou pequenos e muito específicos (cemitério de Poblenu), afinal, tentam se justificar como itinerários culturais. Sejam recursos patrimoniais históricos (Rota da Prata, dos Castelos do Loire), recursos patrimoniais ligados ao trabalho e à indústria (Rota da Lã, itinerários de San Marti), ou patrimônio artístico (Rota dos impressionistas e Caminhos de Mozart), são pontos de valoração para a própria região nos quais estão inscritos.

As narrativas construídas são definidas ou não *a priori* da criação do itinerário e convencem mais ou menos na medida em que são solidamente justificadas ou amparadas nos recursos que lhe dão origem. Percebe-se que quando se trata da narrativa construída a partir de bens culturais consolidados, a história narrada é reproduzida numa perspectiva consensual, como por exemplo, a Rota da Prata, que tenta nos contar a história do comércio romano nesta região. Neste caso, por questões óbvias, não se faz menção aos conflitos existentes que envolvem este caminho – e certamente tantos outros – e que o coloca no centro das disputas daqueles que se interessam por incorporá-lo ao caminho de Santiago ou daqueles que apostam na originalidade do caminho como atrativo turístico. Isto nos leva a crer que a narrativa construída precisa estar destituída de conflitos, ser de fácil apreensão e um tanto linear. Importante ressaltar é que a narrativa atribuída às rotas é sempre uma ressignificação de algo relevante na história da mesma e que é construída a partir do olhar de alguém e de uma instituição sobre algo.

Portanto, nunca será uma narrativa neutra e imparcial. No caso da rota de Dom Quixote, que se ampara na invenção de um percurso feito por Cervantes, a narrativa tenta nos convencer de que o herói ficcional da novela não apenas se materialize nos locais visitados como também que os próprios destinos sejam eles mesmos a materialização dos locais citados na obra.

Por fim, resta-nos abordar os aspectos relativos à gestão destes itinerários. De caráter público ou privado, de forma geral, o fim último é a valorização dos locais que são atravessados por estes itinerários. Quando públicos, os principais desafios se constituem na administração de redes que envolvem as localidades interessadas em promover os recursos que estão ao longo dos caminhos promovidos. Em alguns casos isso se verificou através da análise do site do itinerário e da prefeitura de um par das cidades envolvidas. As informações de um não estavam contempladas na outra. Por outro lado, percebe-se que quando a gestão é pública, há um trabalho muito forte em termos de sensibilização das comunidades envolvidas que é inversamente proporcional aos recursos financeiros disponíveis. Talvez por isso se nota que há um esforço coletivo na dinamização das rotas porque o objetivo é valorizar as localidades para depois comercializá-las como destinos turísticos.

Quando privados, os desafios são outros: há uma preocupação em contratar agências especializadas em levantamento de informações e inventários de bens patrimoniais para potencializá-los através dos percursos criados. Sem dúvida, há muito profissionalismo tanto na compilação das informações como na divulgação das mesmas. Basta olhar a riqueza dos sites e do material publicitário do qual dispõe. Em alguns casos a questão econômica fica muito mais em evidência do que a questão cultural, e isso fica explícito quando uma rota ou itinerário se preocupa em construir uma narrativa que atenda a algum interesse específico em detrimento de questões mais coletivas.

Por fim, a proliferação de itinerários culturais, rotas, caminhos, etc., como forma de comercialização dos destinos turísticos é uma realidade que cresce exponencialmente. Analisar o território, perceber os recursos nele presentes e construir uma narrativa que dê conta de explicar uma ou várias histórias nele contidas, é desafio ainda maior para os envolvidos nestes projetos que apostam nos itinerários culturais como forma de desenvolvimento sustentável regional.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Areces, Miguel Ángel Alvarez. (2002). Nuevas miradas al paisaje y al territorio. Revista ABACO, numero 34, ano 2002. p. 26
- ICOMOS CIIC ed. (2002). *El patrimonio intangible y otros aspectos relativos a los itinerarios culturales*. Pamplona: Departamento de Educación y Cultura, Dirección General de Cultura-Institución de Viana.
- ICOMOS CIIC ed. (2005). *Encuentro Científico Internacional sobre Itinerarios Culturales. Identificación, promoción e inventario de los Itinerarios Culturales*. Ferrol: Comité Nacional Español de ICOMOS.

ICOMOS CIIC (2008). *Carta Internacional sobre Itinerarios Culturales*. Recuperada el 1 de febrero de 2010, de <http://www.international.icomos.org/quebec2008/index.htm>.

Cluzeau, C. O. (1998). Le Tourisme Culturel. *Revista Cultur*, año 6, n.02.

Ferreira, Luis. (2012). Turismo cultural, itinerários turísticos e impactos nos destinos. *Revista Cultur*, año 6, n. 02.

López, Elisa Martí (2007). Un passeig pel Cementiri de Poblenou. *Cementerios de Barcelona*.

Martínez Y., C. (2010). Los itinerarios culturales: caracterización y desafíos de una nueva categoría del patrimonio cultural mundial. En: *Apuntes 23* (2): 194-209.

Martorell, A. (2002). "Itinerarios culturales: vasos comunicantes de la historia". En ICOMOS CIIC ed., *El patrimonio intangible y otros aspectos relativos a los itinerarios culturales*. Pamplona: Departamento de Educación y Cultura, Dirección General de Cultura-Institución de Viana, pp. 91-94.

Martorell, A. (2009). "La zona de amortiguamiento como herramienta para proteger los Sitios del Patrimonio Mundial: el caso de los Itinerarios Culturales". *ICOMOS ICLAFI e-Journal*, 1, pp. 105-130.

Martorell, A. "Paisajes e itinerarios culturales: conceptos independientes que enriquecen la teoría y práctica de la conservación cultural". Recuperado el 17 de julio de 2009, de *The CIIC scientific magazine*, [http://www.esicomos.org/Nueva\\_carpeta/TCSM/ponencia\\_AMARTORELL.htm](http://www.esicomos.org/Nueva_carpeta/TCSM/ponencia_AMARTORELL.htm).

Rodríguez, E. (2009). "Últimas tendencias en la inclusión de bienes en la Lista del Patrimonio Mundial. Las candidaturas transnacionales: el caso del binomio mercurio-plata". En MCU ed., *El Patrimonio Cultural de España, una visión crítica*. Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 149-165.

Sabaté, Joaquín. (2007). Paisajes culturales y desarrollo local. *Alta costura o prêt a porter? Labor & Engenho*, v.1, n.1.

Sabaté, Joaquín. (2010). De La preservación Del patrimônio a La odrenación Del paisaje: intervenciones em paisajes culturales. *Labor & Engenho*, v.4, n.1, 2010.

Sanz, N. (2009). "Comentario acerca de la Convención del Patrimonio Mundial, Cultural y Natural". En MCU, ed. *El Patrimonio Cultural de España, una visión crítica*. Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 43-87.

Suárez L, M. R. (2002). "Introducción". En ICOMOS CIIC ed., *El patrimonio intangible y otros aspectos relativos a los itinerarios culturales*. Pamplona: Departamento de Educación y Cultura, Dirección General de Cultura-Institución de Viana, pp. 23-28.

Universitat Politècnica de Catalunya. Massachusetts Institute of Technology. Barcelona, 2001. Projectant l'eix Del Llobregat. Paisatge cultural i desenvolupament regional. Designing the Llobregat Corridor. Cultural Landscape and regional development.

Vilanova, Antoni; Tatjer, Mercê. La ciutat de les fabriques. Itineraris industrials de Sant Martí. Ajuntament de Barcelona. Institut de Cultura: Museu de Història de la ciutat.

#### **Sites consultados:**

<http://www.cbsa.es>

[http://www.quijote.es/IVCentenario\\_RutaDonQuijote.php](http://www.quijote.es/IVCentenario_RutaDonQuijote.php)

<http://pt.turismo.gijon.es/page/10985-rota-da-sidra>

<http://www.rutadelaplata.com/>

<http://www.rotanoave.com/Homepage.aspx>

<http://www.rotadacortica.pt/>

<http://acores-quiosques-turismo-artazores.blogspot.com.es/2012/08/visita-guiada-rota-da-faina-baleeira.html>

[http://www.vitiviniculturaatlantica.com/comunicacoes/Resumo\\_comunicacao\\_ADELIACOR.pdf](http://www.vitiviniculturaatlantica.com/comunicacoes/Resumo_comunicacao_ADELIACOR.pdf)

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=163515&tm=&layout=121&visual=49>

<http://castelosdoloire.com.br/Videos.html>

<http://www.pays-des-impressionnistes.fr/fr/>

<http://www.rutasdelalana.eu/>

<http://www.caminhodesantiago.org.br/>

<http://www.culture-routes.ro/ro/itinerare/itinerarul-mozart.html>

[http://www.culture-routes.lu/php/fo\\_index.php](http://www.culture-routes.lu/php/fo_index.php)

[http://www.international.icomos.org/charters/culturalroutes\\_sp.pdf](http://www.international.icomos.org/charters/culturalroutes_sp.pdf)

[http://www.icomos-ciic.org/CIIC/LARIOJA\\_esp.htm](http://www.icomos-ciic.org/CIIC/LARIOJA_esp.htm)

[http://www.caminodelalengua.com/publicaciones\\_ver.asp?id=11](http://www.caminodelalengua.com/publicaciones_ver.asp?id=11)

<http://www.caminoslibres.es/Article885.html>

[http://www.international.icomos.org/centre\\_documentation/bib/2011\\_World%20heritage%20historic%20towns%20and%20villages\\_part%201\\_26-08\\_complete.pdf](http://www.international.icomos.org/centre_documentation/bib/2011_World%20heritage%20historic%20towns%20and%20villages_part%201_26-08_complete.pdf)

<http://pt.turismo.gijon.es/page/10985-rota-da-sidra>

---

## NOTAS

<sup>1</sup> [http://www.icomos-ciic.org/INDEX\\_esp.htm](http://www.icomos-ciic.org/INDEX_esp.htm). Acesso em 03/03/2013.

<sup>2</sup> [www.cr.nps.gov/history/online\\_books/kieley/kieley25.htm](http://www.cr.nps.gov/history/online_books/kieley/kieley25.htm). Acesso em 17/02/2013.

<sup>3</sup> [www.nps.gov/nts/legislation.html](http://www.nps.gov/nts/legislation.html). Acesso em 17/02/2013.

<sup>4</sup> El Camino Real de Los Tejas, El Camino Real de Tierra Adentro, Ala Kahakai, Mormon Pioneer, Trail of Tears, são alguns exemplos de *national historic trails*. [http://www.nps.gov/nts/nts\\_trails.html](http://www.nps.gov/nts/nts_trails.html). Acesso em 02/03/2013.

<sup>5</sup> O *National Wild e Scenic Rivers Act*, foi uma consequência das recomendações de uma comissão presidencial, a Recursos de Comissão de Revisão de Recreação ao ar livre (ORRRC). Entre outras coisas, a comissão recomendou que a nação protegesse os rios selvagens e rios cênicos do desenvolvimento que alterem substancialmente a sua natureza selvagem ou cênica. O ato foi assinado em lei pelo presidente Lyndon B. Johnson em 02 de outubro de 1968.

<sup>6</sup> <http://www.nps.gov/ncrc/rivers/riverprojects.htm>. Acesso em 17/02/2013.

<sup>7</sup> [http://www.mercosuer.int/innovaportal/file/5222/1/gmc\\_2012\\_ata03-ext\\_ane12\\_pt\\_itinerario\\_cultural\\_-\\_formato\\_digital.pdf](http://www.mercosuer.int/innovaportal/file/5222/1/gmc_2012_ata03-ext_ane12_pt_itinerario_cultural_-_formato_digital.pdf). Acesso em 26/02/2013.

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.culture-routes.lu/php/fo\\_index.php](http://www.culture-routes.lu/php/fo_index.php). Acesso em 07 de abril de 2013.